

A responsabilidade objetiva do Estado e o livre exercício de informar: Recurso extraordinário 1.209.429 de São Paulo

 rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/rdai20serrano

RDai

REVISTA DE
DIREITO
ADMINISTRATIVO E
INFRAESTRUTURA

Autores

Antonio Carlos Alves Pinto Serrano Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(São Paulo, Brasil)

Palavras-chave:

Responsabilidade objetiva do Estado, Liberdade de imprensa, Livre exercício profissão

Resumo

O Supremo Tribunal Federal, em julgamento ao Recurso Extraordinário 1.209.429, de São Paulo, reconheceu a responsabilidade objetiva do Estado quando o profissional de imprensa é ferido durante uma cobertura jornalística e reformou a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo que havia aplicado a tese de culpa exclusiva da vítima. Diante da repercussão constitucional, fixou o Tema 1055.

Recebido/Received: 12.06.2020/Juno 12th, 2020

Aprovado/Approved: 18.10.2020/november 18th, 2020

Biografia do Autor

Antonio Carlos Alves Pinto Serrano, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo, Brasil)

Doutorando e Mestre em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro do corpo dirigente do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro – IDASAN e do Instituto Brasileiro de Contas Públicas – IBCONTAS. Assessor Jurídico do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

 [0000-0001-9669-7823](https://orcid.org/0000-0001-9669-7823) | serrano.acaps@gmail.com

Referências

ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. Curso de direito constitucional. 23. ed. Santana de Parnaíba: Manole, 2021.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

MARTINS, Ricardo Marcondes; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Ato administrativo e procedimento administrativo. In: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella (Coord.). Tratado de direito administrativo. São Paulo: Ed. RT, 2014. v. 5.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Efeitos dos Vícios do Ato Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2008.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Contribuição ao revigoramento da teoria do ato administrativo. In: MARTINS, Ricardo Marcondes (Coord.); SERRANO, Antonio Carlos Alves Pinto (Org.). Estudos contemporâneos sobre a teoria dos atos administrativos. Curitiba: CRV, 2018.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Abuso de direito e a constitucionalização do direito privado. São Paulo: Malheiros, 2010.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Estudos de direito administrativo neoconstitucional. São Paulo: Malheiros, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Proporcionalidade e boa administração. Revista Internacional de Direito Público – RIDP, Belo Horizonte, ano 2, n. 02, jan.-jun. 2017.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Regulação administrativa à luz da Constituição Federal. São Paulo: Malheiros, 2011.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Teoria Jurídica da Liberdade. São Paulo: Contracorrente, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Estatuto das empresas estatais à luz da Constituição Federal. In: DAL POZZO, Augusto Neves; MARTINS, Ricardo Marcondes (Coord.). Estatuto jurídico das empresas estatais. São Paulo: Contracorrente, 2018.

MIRANDA, Darcy Arruda. Comentários à Lei de Imprensa. São Paulo: Ed. RT, 1969. v. 1.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. Publicidade comercial. 2. ed. São Paulo: Verbatim, 2015.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2019.



Publicado

2022-01-10

Como Citar

SERRANO, A. C. A. P. A responsabilidade objetiva do Estado e o livre exercício de informar: Recurso extraordinário 1.209.429 de São Paulo: The State's objective responsibility and the free exercise of reporting: Extraordinary Appeal 1,209,429 in São Paulo. **Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI**, São Paulo: Thomson Reuters | Livraria RT, v. 6, n. 20, p. 391–402, 2022. Disponível em: <https://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/rdai20serrano>. Acesso em: 13 mar. 2022.

Edição

v. 6 n. 20 (2022)

Seção

Comentários à Jurisprudência | Comments of Jurisprudence

Licença



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License.

(CC BY-NC-ND)

Este é um resumo (e não um substituto) da licença

Regras para publicação

Diretrizes Editoriais

Direitos e Deveres

Errata e Retratação

Preservação e Plágio

Revisão e Avaliação